

PRÁTICAS DOCENTES EM SALAS DE AULA INCLUSIVAS

Autores: Juliana Andrade Delilo da Silveira e Eladio Sebastián-Heredero

UNIARA - UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – juliana@cocararaquara.com.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do problema das dificuldades que os professores do ensino fundamental II enfrentam diante de alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem. A facilidade de acesso à educação levou um incremento das matrículas e com isso a incorporação de alunos que apresentam, pelas redes escolares, de alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, entendendo que esta dificuldade se trata de uma desordem no cérebro que impede a um aluno aprender de forma normal seja no processamento da informação, seja na aquisição da informação, nunca sujeitos alvo da Educação Especial, salienta a importância de entender com mais exatidão quais as dificuldades que estes professores enfrentam para com estes alunos e quais práticas docentes poderiam ser aplicadas de formas mais assertivas.

O trabalho tem, ainda, como objetivo, o estudo das práticas docentes diante das dificuldades de aprendizagem em uma instituição da rede particular de Araraquara. A pesquisa foi desenvolvida com uma metodologia de estudo de caso desde uma perspectiva qualitativa e pretendeu entender os obstáculos enfrentados pelos docentes diante das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Os sistemas de ensino, atualmente, devem proporcionar aos alunos que careçam de um atendimento educacional especializado condições de acesso ao currículo, material didático especializado, espaços escolares que atendam às suas necessidades e orientações aos processos de ensino e aprendizado, desta forma, almejando uma educação de qualidade a estes alunos e eliminando, assim, possíveis barreiras.

A proposta deste trabalho parte do problema: As dificuldades de aprendizagem são atendidas de forma ordinária dentro das salas de aula pelos professores do ensino fundamental II?

Neste âmbito, o objetivo principal da pesquisa é identificar as práticas docentes inclusivas para ajudar nas dificuldades de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental II de uma instituição da rede particular de Araraquara.

O trabalho almeja contribuir com algumas práticas docentes inclusivas dentro dos modelos de escola inclusiva. Serão analisadas as práticas já existentes com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

A partir destas análises feitas pretende-se, como objetivos secundários:

- classificar quais práticas foram mais efetivas, tendo como resultado o sucesso no processo de ensino, buscando assim atender as necessidades do trabalho com a Educação Inclusiva em sala de aula;
- gerar conhecimento através deste estudo, ampliando e aprofundando os conhecimentos sobre a Educação Inclusiva;
- analisar as práticas educacionais inclusivas, classificar as práticas pelo seu sucesso, assim como contribuir com estas práticas.

METODOLOGIA

Se trata de uma pesquisa de corte qualitativo caracterizada como estudo de caso, como afirma Yin (2005) para aprofundar numa realidade em concreto com o questionário como instrumento fundamental. A pesquisa foi feita em um colégio da rede particular de Araraquara que possui uma média de 250 alunos no ensino fundamental II. Foi aplicado um questionário, on-line e anônimo, para todos os professores deste segmento.

Os professores foram convidados a participar de uma reunião que explicou o objetivo da pesquisa, nesta reunião foi feito um convite aos professores para que respondessem um questionário disponível em uma plataforma de pesquisa segura.

O questionário foi disponibilizado na plataforma <https://pt.surveymonkey.com/> por 20 dias. Os professores puderam responder este questionário no laboratório de informática da escola, que possui um sistema de proteção virtual que assegura a segurança dos dados e o anonimato.

Trabalhar com coleta de dados em uma escola requer muita cautela, evitando, desta forma, situações de desconforto e/ou constrangimento aos envolvidos na pesquisa. Além disso, por ser uma pesquisa on-line, existe um risco de roubo ou invasão de informações. Por isso, foram adotados todos os sistemas de proteção necessários para garantir o sigilo e anonimato.

O tema pesquisado é bastante delicado, pois o trabalho será realizado com professores que atendem alunos que apresentam dificuldades em aprender, sendo assim fez-se necessário redobrar o cuidado durante esta pesquisa para que não causasse nenhuma situação constrangedora aos envolvidos.

A pesquisa foi submetida e aceita pelo Comitê de Ética e todas as normas e condições específicas quando se trata de pesquisa envolvendo pessoas foi respeitada.

RESULTADOS

Entender o que causa insegurança aos professores que trabalham com estes alunos e quais as melhores práticas docentes, ajudaria a escola a melhor se preparar para atender os alunos de forma mais efetiva e conseqüentemente ajudar o trabalho do professor.

Após esta coleta os dados, pode-se identificar as variáveis que podem influenciar diretamente nesta escola inclusiva, podendo, desta forma, auxiliar o professor que, por diversas vezes, sente-se desamparado diante desta diversidade encontrada em sala, questionando-se sobre quais as práticas mais efetivas para trabalhar com a turma. As práticas fazem referência ao trabalho desenvolvido para atender os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem.

A análise inicial dos dados coletados na escola pesquisada contempla que o corpo docente enxerga de forma positiva a escola inclusiva, porém, sua grande maioria relata que não recebeu formação inicial adequada para fazer o trabalho inclusivo. Além disso os professores acreditam que as práticas utilizadas em sala atendem parcialmente os alunos e, que a maior dificuldade no trabalho inclusivo está em determinar quais práticas são as mais efetivas e como adaptar o material para estes alunos.

Espera-se que este estudo possa contribuir com a melhoria das práticas docentes, assim como ajudar no atendimento dos alunos de forma mais efetiva e conseqüentemente ajudar o trabalho do professor.

DISCUSSÃO

O acesso à educação por mais pessoas, resultado das políticas de inclusão escolar, leva atrelado a incorporação de alunos com diferentes características pelas redes escolares em salas comuns, vem sendo palco de grandes discussões no Brasil e no Mundo. O direito à igualdade, não só no âmbito escolar, tem sido uma luta permanente desde os primeiros movimentos de inclusão social.

Para entender o atendimento educacional prestado atualmente, é preciso compreender o processo de implantação e evolução da educação especial brasileira. No que se refere à inclusão, a educação inclusiva é um processo em crescimento no sistema básico de ensino brasileiro, sustentada legalmente pela LDB nº 9.394/96, pela Constituição Federal de 1988, entre outros documentos, embasando, desta forma, todos os setores educacionais envolvidos.

As discussões sobre a educação inclusiva se intensificaram após a assinatura da Declaração de Salamanca na Espanha em 1994. A declaração foi considerada um marco na luta pela acessibilidade a educação inclusiva. O documento assinado forneceu diretrizes para a formulação e reformas educacionais de acordo com a inclusão social, embasando o princípio de igualdade de direito de todos, respeitando as diferenças e garantindo o acesso, permanência e formação educacional. Além disso, o documento ampliou os conceitos sobre necessidades especiais educacionais, beneficiando não só crianças portadoras de algum tipo de deficiência, mas, também, crianças com dificuldades de aprendizado de forma permanente ou temporária, afirmando, desta forma, que todo estudante tem direito de ser inserido em uma sala regular sem que exista qualquer tipo de discriminação.

Entretanto, o professor, muitas vezes, sente-se desamparado, pois não possui uma formação inicial continuada e/ou apoio pedagógico para trabalhar com esta diversidade encontrada em sala de aula. Os docentes possuem o direito a um apoio oriundo de vários setores educacionais, considerando que a inclusão legítima não significa apenas a adição de alunos deficientes em classes regulares, mas a educação inclusiva deve ocorrer na totalidade escolar, visando, assim, a uma real aprendizagem.

O docente trabalha sozinho em uma sala onde existe(m) um, ou mais alunos que necessitam de uma resposta educativa diferente acorde com seus interesses e capacidades. O que fazer diante desta situação? Trabalhar com a sala em um âmbito geral, mesmo que não sejam todos que estejam efetivamente aprendendo? Dedicar um tempo a estes alunos que estejam com dificuldades? Que não todos façam as mesmas coisas ao mesmo tempo? Organizar o planejamento de forma que todos façam a mesma lição com as adequações curriculares necessárias para alguns alunos? São questionamentos recorrentes de professores frente a esta situação, porque, mesmo que algumas instituições ofereçam formação continuada aos professores para que possam trabalhar de forma inclusiva, a realidade em sala se mostra diversa.

Isso, no fundo, são as práticas educacionais que nós desejamos conhecer e pesquisar. Há todo um referencial teórico nos textos de Ainscow (1997, 2010); Rodrigues (2001) ou Sebastián-Heredero (2010-2016).

Diante dos questionamentos interpelados, faz-se necessário entender a visão dos professores diante da escola inclusiva, para que, desta forma, ocorra a genuína inclusão escolar.

CONCLUSÃO

O processo inclusivo escolar é algo que necessita de constante mudança, deve-se respeitar a peculiaridade das crianças, pois o nível de aprendizagem é único em cada uma delas. Sebastian-Heredero (2016), afirma que não existe uma escola inclusiva acabada, pois a

realidade escolar está sempre em construção, é um processo constante de renovação, reconstrução e aprendizagem. Além disso, o processo inclusivo deve ocorrer em sua totalidade, desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico até a capacitação de todos que irão atender de alguma forma estes alunos.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel; PORTER, Gordon; WANG, Margaret. *Caminhos para as Escolas Inclusivas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

BOOT, M. e AINSCOW, M. Index for Education. Guia para la inclusión educativa. Madrid. OEI. 2015

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda. Revista Pátio – Revista Pedagógica ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.

NÓVOA, Antônio. O professor pesquisador e reflexivo. Disponível em <www.tvebrasil.com.br/SALTO/entrevistas/antonio_novoa.htm> Entrevista cedida em 13 set. 2001: Acesso em 22 jul. 2017.

_____. Profissão professor. Porto, Porto Editora, 2014.

RODRIGUES, D. (Org.). *Educação e diferença. Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2001.

SEBASTIAN-HEREDERO, E.; SERRANO, C. *El uso de las TIC en Educación Especial: algunos recursos específicos*. In: *Tecnologías de la información y comunicación. Tic, en educación especial*. 1 ed. Alcalá de Henares : Servicio de publicaciones de la UAH, v.1, p. 253-276. 2014.

SEBASTIAN-HEREDERO, Eladio. *A escola inclusiva- estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares*. Acta Scientiarum. Education (Print), v. 32 n°2, p. 193-208, 2010.

_____. As TIC nas escolas inclusivas: desafio ou realidade In: Pesquisa sobre o uso das TIC nas escolas brasileiras. TIC educação 2015..º ed. São Paulo : Comitê Gestor do Internet no Brasil, v.1, p. 93-102. 2016

_____. Inclusão educativa: uma realidade em construção In: Práticas e saberes docentes: os anos iniciais em foco. 1 ed. Araraquara : Junqueira & Marin, v.1, p. 74-91. 2016

ONU, Declaração de Salamanca, 1994.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.